Prefeitura do Rio veta celular na escola, mesmo fora da sala de aula

Decisão teve como base uma consulta pública e uma série de estudos internacionais e está prevista para entrar em vigor em 30 dias

RARIANE COSTA

A prefeitura do Rio proibiu o uso de celulares e dispositivos eletrônicos em qualquer parte das escolas públicas municipais, por meio de decreto publicado no Diário Oficial. A medida entrará em vigor em 30 dias e revoga a normativa anterior, que limitava o uso dos aparelhos apenas dentro da sala de aula.

Agora, os estudantes estão proibidos de utilizar celulares tanto dentro como fora da sala, na realização de trabalhos individuais ou em grupo, e até mesmo durante os intervalos. Exceções estão previstas para casos específicos, como alunos com deficiência ou condicões de saúde que dependam do uso desses dispositivos.

Essa decisão teve como base uma consulta pública realizada pela Secretaria Municipal de Educação, que teve mais de 10 mil contribuições. Os resultados mostraram que 83% dos participantes foram favoráveis à proibição, 11% parcialmente favoráveis e 6%



Segundo o Pisa, 45% dos alunos relataram que se sentem nervosos se os telefones estiverem longo

contrários. O decreto ainda utiliza relatórios da Organizacão Mundial da Saúde, Unesco e estudos de Bélgica, Espanha e Reino Unido.

CORRELAÇÃO NEGATIVA. Dados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa) da OCDE, por exemplo, apontam uma correlação negativa entre o uso excessivo de tecnologias e o desempenho acadêmico. Segundo o estudo, "45% dos alunos relataram que se sentem nervosos ou ansiosos se seus telefones não estivessem perto deles,

Números

83% dos participantes da enquete no Rio apoiaram o veto

77% das escolas nos EUA proibiram o uso do celular não acadêmico em

em média, nos países da OC-DE, e 65% relataram serem distraídos pelo uso de dispositivos digitais em pelo menos al-gumas aulas de Matemática."

Além disso, a proibição ressalta a preocupação com a saúde dos estudantes, citando estudos da Unesco que associam maior tempo de tela à piora do bem-estar, ansiedade e diagnósticos de depressão. Durante o período de 30 dias até a implementação da medida, a Secretaria de Éduca-ção conduzirá atividades de adequação e regulamentação nas escolas.

NO MUNDO. De acordo com o Relatório Global de Monitoramento da Educação 2023 da Unesco, França, Itália e Holanda estão entre os países que já adotaram alguma restrição ao uso de celulares em escolas.

METRÓPOLE

O mesmo já ocorre em parte dos Estados Unidos, como o Estadão mostrou no ano passado. Em maio, a Flórida aprovou uma lei exigindo que os distritos escolares públicos imponham regras de proibição do uso do celular pelos alunos durante o horário de aula. Na sequência, as escolas públicas do condado de Orange - que incluem a Timber Creek - foram ainda mais longe, impedindo os alunos de usar o celular durante todo o dia letivo. Alguns distritos - entre eles South Portland, Maine e Charlottesville City, na Virgínia - foram pelo mesmo caminho.

A lei da Flórida exigiu que as escolas públicas proibissem o uso do celular pelos alunos durante o tempo de aula e bloqueassem o acesso às redes sociais no Wi-Fi do distrito. Também obriga as escolas a orientarem os alunos sobre "como as mídias sociais manipulam o comportamento".

Não se sabe ao certo quantas outras escolas proíbem o uso do celular pelos alunos. Estatísticas do Departamento de Educação dos Estados Unidos, publicadas em 2021, relataram que cerca de 77% das escolas proibiram o uso do celular não acadêmico durante o horário de aula. Uma nova política de telefonia celular nas escolas públicas do condado de Hillsborough, em Tampa, por exemplo, advertiu os alunos sobre os vetos recentes em 2023: "Vemos - e pegamos." ●

MEC apura divulgação irregular do Sisu

PAULA FERREIRA

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que resultados provisórios do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), principal porta de entrada para o ensino superior público brasileiro, foram divulgados indevidamente durante 25 minutos, antes de análise final da pasta. Em nota, o órgão afirmou ainda que o caso, que ocorreu na terça, está sendo "rigorosamente apurado".

De acordo com o MEC, a falha ocorreu quando os dados ainda não homologados vieram a público. A instabilidade no sistema levou a pasta a adiar em um dia a divulgação oficial dos resultados, que foram publicados na quarta-feira. Os estudantes aprovados terão até o dia 7 de fevereiro para se inscrever. "O sistema é seguro e os resultados oficiais não são modificados", afirma o MEC.

Números do ministério indicam que mais de 2 milhões de estudantes se inscreveram no sistema para disputar as 264 mil vagas disponíveis na graduação de universidades públicas. Aqueles que não conseguiram yaga na chamada regular podem se cadastrar até 7 de fevereiro para integrar a lista de espera. Para disputar uma vaga

por meio do Sisu o candidato deve utilizar as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O sistema organiza os candidatos de acordo com o resultado e as exigências do cur-so pretendido. Neste ano, o MEC realiza apenas uma rodada de seleção, válida pelo ano todo.









